Proc. TC-005.940/2010-9
Recurso de Reconsideração
(Tomada de Contas Especial)

Parecer

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pelos Senhores Milton da Silva Lemos e Edson Correa Souza, prefeito e tesoureiro do Município de Amapá do Maranhão/MA, em face do Acórdão n.º 4.854/2013 – TCU – 1.ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas, condenando-os solidariamente ao ressarcimento do débito de R\$ 151.404,11, em valores históricos, e aplicando-lhes multas individuais nos valores de R\$ 40.000,00 e R\$ 20.000,00, respectivamente, com fulcro no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992.

2. Os recursos federais foram transferidos à municipalidade em 2007, na modalidade fundo a fundo, no âmbito de programas de assistência social. A condenação dos responsáveis se deu em virtude de terem sacado integralmente os recursos, por meio de cheques emitidos ao portador, o que impossibilitou a comprovação da boa e regular aplicação dos valores recebidos pelo município. Os responsáveis requerem a reforma da decisão condenatória, com o afastamento do débito e o cancelamento das multas.

3. A análise da Serur é uniforme quanto à redução do débito no montante de R\$ 18.450,00, em virtude de se considerar dispensável a emissão de cheques para pagamentos de bolsas “criança cidadã” e de profissionais, no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em face dos baixos valores dessas despesas. Tal encaminhamento, ante as razões e os fundamentos aduzidos no curso da instrução, conta com a anuência desta representante do Ministério Público.

4. Entretanto, as posições da Serur são divergentes quanto à redução das multas.

5. Além da redução em valor proporcional à diminuição do débito originalmente imputado aos responsáveis, o auditor instruinte propõe, à peça 74, acolher, para fins de gradação das multas, a alegação dos gestores acerca da impossibilidade de verificação da idoneidade das notas fiscais e autorizações de impressão de documentos fiscais apresentadas por fornecedores, o que seria permitido apenas a servidores da Fazenda Estadual. Tampouco seria exigível a emissão de certificado de regularidade fiscal, nos termos do art. 29 da Lei n.º 8.666/1993, vez que os baixos valores das despesas tornariam dispensada a licitação.

6. O corpo diretivo da Unidade Técnica, por seu turno, propõe apenas a redução proporcional dos valores das multas aplicadas, uma vez que essas sanções fundamentaram-se exclusivamente na ocorrência do débito (peças 75 e 76). A inidoneidade das notas fiscais não motivou a aplicação de multa aos gestores, mas apenas teria reforçado a hipótese de desvio de recursos públicos.

7. Com efeito, considera-se acertado o juízo feito pelo auditor da Serur no sentido de acolher a alegação dos recorrentes quanto às dificuldades de avaliação da regularidade dos documentos fiscais apresentados.

8. Neste ensejo, não se deve perder de vista que a sanção estipulada no art. 57 da Lei n.º 8.443/92 (multa pecuniária proporcional ao débito) decorre, fundamentalmente, da conjugação da constatação do débito e da reprovabilidade da conduta dos agentes. Assim, a despeito de as multas terem sido motivadas pela existência de prejuízo, a dosimetria dos valores propostos pelo Relator do Acórdão combatido e acolhidas pelos demais Ministros da 1.ª Câmara levou em consideração a gravidade do conjunto dos fatos delineados naquela ocasião.

9. Por certo, a possibilidade aventada de desvio dos recursos federais transferidos, fundada na inidoneidade dos documentos fiscais, contribuiu para a fixação dos valores das multas. Entretanto a presunção outrora estabelecida perde força com o acolhimento dos argumentos dos recorrentes a esse respeito.

10. Pelas razões aqui expostas, com as devidas vênias das instâncias diretivas da Serur, esta representante do Ministério Público manifesta-se em linha de concordância com a proposta de encaminhamento alvitrada pelo auditor à peça 74.

Ministério Público, 04 de agosto de 2014.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral